

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

A respeito dos direitos e garantias fundamentais, julgue os itens que se seguem.

- 51 Partido político poderá receber recursos financeiros de governo estrangeiro, desde que faça a declaração específica desses valores em sua prestação de contas.
- 52 Conforme disposição da CF, será brasileiro nato o filho, nascido em Paris, de mulher alemã e de embaixador brasileiro que esteja a serviço do governo brasileiro naquela cidade quando do nascimento do filho.
- 53 Os recrutados pelas forças armadas não podem alistar-se como eleitores durante o período em que estiverem cumprindo o serviço militar obrigatório.
- 54 Cidadão brasileiro que tiver trinta anos de idade poderá ser candidato a senador, desde que possua pleno exercício dos direitos políticos, alistamento eleitoral, filiação partidária e domicílio eleitoral no estado pelo qual pretenda concorrer.

No que se refere à organização político-administrativa do Estado brasileiro, julgue os itens a seguir.

- 55 Os municípios contam com os Poderes Legislativo e Executivo, com cargos para os quais há eleição, na qual votam seus eleitores, mas não com Poder Judiciário próprio.
- 56 A União pode realizar intervenção em municípios localizados nos territórios, mas não pode intervir nos municípios localizados nos estados.
- 57 Mesmo não sendo estado nem município, o Distrito Federal (DF) possui autonomia, parcialmente tutelada pela União.

Acerca do Poder Judiciário, julgue os itens seguintes.

- 58 O Conselho Nacional de Justiça poderá intervir no mérito da atividade jurisdicional exercida pelos juízes.
- 59 A justiça eleitoral é competente para julgar ação civil pública destinada a apurar ato praticado por prefeito que, no decorrer do mandato eletivo, tenha utilizado símbolo que caracterizasse promoção pessoal na publicidade de obras realizadas pela prefeitura.
- 60 O cargo de juiz é vitalício, razão por que seu ocupante somente o perderá por decisão judicial transitada em julgado.

A respeito da administração direta e indireta e dos conceitos de centralização e descentralização, julgue os próximos itens.

- 61 Entidades paraestatais, pessoas jurídicas de direito privado que integram a administração indireta, não podem exercer atividade de natureza lucrativa.
- 62 Quando o Estado cria uma entidade e a ela transfere, por lei, determinado serviço público, ocorre a descentralização por meio de outorga.
- 63 A criação, por uma universidade federal, de um departamento específico para cursos de pós-graduação é exemplo de descentralização.

Acerca da responsabilidade civil do Estado, julgue o item abaixo.

- 64 Se um particular sofrer dano quando da prestação de serviço público, e restar demonstrada a culpa exclusiva desse particular, ficará afastada a responsabilidade da administração. Nesse tipo de situação, o ônus da prova, contudo, caberá à administração.

Com relação aos atos administrativos, julgue os itens subsecutivos.

- 65 O ato administrativo eivado de vício de forma é passível de convalidação, mesmo que a lei estabeleça forma específica essencial à validade do ato.
- 66 Considere que determinado agente público detentor de competência para aplicar a penalidade de suspensão resolva impor, sem ter atribuição para tanto, a penalidade de demissão, por entender que o fato praticado se encaixaria em uma das hipóteses de demissão. Nesse caso, a conduta do agente caracterizará abuso de poder, na modalidade denominada excesso de poder.

Com base no disposto na Lei n.º 8.429/1992, julgue os itens seguintes.

- 67 O servidor que estiver sendo processado judicialmente pela prática de ato de improbidade somente perderá a função pública após o trânsito em julgado da sentença condenatória.
- 68 As penalidades aplicadas ao servidor ou a terceiro que causar lesão ao patrimônio público são de natureza pessoal, extinguindo-se com a sua morte.

À luz do que dispõe a Lei n.º 9.784/1999, julgue os próximos itens.

- 69 O servidor que estiver litigando judicialmente contra a companheira de um interessado em determinado processo administrativo estará impedido de atuar nesse processo.
- 70 O processo administrativo pode ser iniciado a pedido do interessado, mediante formulação escrita, não sendo admitida solicitação oral.

Em relação às normas sobre prescrição, decadência e negócio jurídico, julgue os itens subseqüentes.

- 71 Negócio jurídico bifronte é o que tanto pode ser gratuito quanto oneroso, cabendo às partes contratantes convencionarem como ele irá ocorrer.
- 72 As mesmas causas que impedem, suspendem ou interrompem a decadência aplicam-se à prescrição.
- 73 Configura simulação relativa o fato de as partes contratantes pós-datarem um documento, objetivando situar cronologicamente a realização do negócio em período de tempo não verossímil.
- 74 Será considerada não escrita, invalidando o negócio jurídico como um todo, cláusula de negócio jurídico que estabeleça um encargo ilícito ou impossível, se esse não for o motivo determinante do ato.
- 75 Ainda que um filho não mais esteja sob o pátrio poder de seu pai, não corre prescrição entre ambos.

Em relação a pessoas jurídicas, pessoas naturais e bens, julgue os itens a seguir.

- 76 O patronímico que alguém recebe refere-se ao nome de família.
- 77 Ao criar uma fundação, processo que pode ocorrer por meio de documento particular, escritura pública ou testamento, o instituidor deverá fazer dotação especial de bens, especificando o fim a que se destinam, e, se assim o desejar, declarando a forma de sua administração.
- 78 São duas as possibilidades de extinção da pessoa jurídica, na forma convencionada nos atos constitutivos ou por determinação judicial, não havendo, no Brasil, possibilidade de extinção de sociedade privada por ato da administração pública.
- 79 Os direitos da personalidade não se aplicam à pessoa jurídica.
- 80 A interdição do pródigo irá restringir-lhe a prática de atos, tanto patrimoniais quanto pessoais.

Acerca de jurisdição e ação no processo civil, julgue os itens subsecutivos.

- 81 De acordo com o princípio da indeclinabilidade, uma vez provocado, o órgão jurisdicional não poderá recusar-se a dirimir litígios, a não ser na hipótese de existência de lacunas na lei aplicável à matéria, hipótese em que julgará improcedente o pedido do autor.
- 82 A jurisdição compreende apenas dois poderes, o poder de coerção, que se manifesta, por exemplo, quando o juiz ordena intimações de partes ou testemunhas, e o poder de decisão, que se manifesta, por exemplo, quando o juiz redige a sentença.
- 83 O interesse de agir é um interesse instrumental, de natureza processual.
- 84 Na jurisdição voluntária não há processo, mas procedimento, ao contrário do que ocorre em relação à jurisdição contenciosa.

Com relação aos sujeitos do processo civil e aos atos processuais, julgue os itens seguintes.

- 85 Ao atuar na defesa do interdito, o Ministério Público (MP) age como representante da parte, e não como *custos legis*.
- 86 Os deveres do juiz incluem a celeridade da prestação jurisdicional.
- 87 O oficial de justiça, no cumprimento de suas obrigações, somente responderá civilmente se praticar ato nulo com dolo.
- 88 Há preclusão consumativa quando o ato processual é realizado, de modo que não poderá ser realizado novamente.
- 89 Segundo o Código de Processo Civil, para efeito de realização dos atos processuais, consideram-se feriados os sábados, os domingos e os dias assim declarados por lei.
- 90 No curso de um processo, para que uma das partes seja substituída basta a expressa autorização da outra parte.

A respeito do direito penal, julgue os itens que se seguem.

- 91 Em relação à menoridade penal, o Código Penal adotou o critério puramente biológico, considerando penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos de idade, ainda que cabalmente demonstrado que entendam o caráter ilícito de seus atos.
- 92 De acordo com o Código Penal, considera-se praticado o crime no momento em que ocorreu seu resultado.
- 93 Considera-se crime toda ação ou omissão típica, antijurídica e culpável.

Acerca de concurso de pessoas, julgue os itens a seguir.

- 94 Se determinada pessoa, querendo chegar rapidamente ao aeroporto, oferecer pomposa gorjeta a um taxista para que este dirija em velocidade acima da permitida e, em razão disso, o taxista atropelar e, conseqüentemente, matar uma pessoa, a pessoa que oferecer a gorjeta participará de crime culposo.
- 95 Aquele que se utiliza de menor de dezoito anos de idade para a prática de crime é considerado seu autor mediato.

No que se refere a ação penal e extinção da punibilidade, julgue os itens seguintes.

- 96 Não é possível a concessão de anistia, graça ou indulto àqueles que tenham praticado crimes hediondos.
- 97 As causas de extinção da punibilidade, como a prescrição, a morte do autor do fato e a decadência do direito de queixa, podem ser reconhecidas de ofício pelo juiz.
- 98 Considere que Carlos tenha ameaçado seu amigo Maurício de mal injusto e grave, razão por que Maurício, na delegacia de polícia, representou contra ele. Nessa situação hipotética, sendo o crime de ação penal pública condicionada, se assim desejar, Maurício poderá retratar a representação até o oferecimento da denúncia pelo MP.
- 99 A anistia representa o esquecimento do crime, afastando a punição por fatos considerados delituosos, e constitui ato privativo do presidente da República.

A respeito dos princípios do direito processual penal e da ação penal, julgue os itens subseqüentes.

- 100 Na hipótese de o MP arquivar os autos de um inquérito policial, poderá o ofendido ajuizar ação penal privada subsidiária da pública.
- 101 O condenado pela prática do crime de estupro que recorrer da sentença penal condenatória não poderá ser considerado culpado da infração enquanto não transitar em julgado sua condenação.
- 102 Em processo penal, ninguém pode ser forçado a produzir prova contra si mesmo. Por outro lado, a recusa em fazê-lo pode acarretar presunção de culpabilidade pelo crime.

No que se refere ao direito processual penal, julgue os itens que se seguem.

- 103** Caso, em seu interrogatório, o acusado afirme que sua defesa será patrocinada por advogado particular, não haverá necessidade de o defensor apresentar o instrumento de mandato.
- 104** Se o acusado, devidamente intimado, não comparecer ao interrogatório, poderá ser conduzido coercitivamente por ordem do juiz.
- 105** Nos crimes de ação penal pública, não poderá o ofendido intervir no processo na qualidade de assistente, já que a titularidade da ação é do MP.

Julgue os próximos itens, relativos a citações e intimações.

- 106** O réu citado por edital é considerado foragido, impondo-se a decretação de sua prisão preventiva.
- 107** Em processo penal, se verificar que o réu se oculta para não ser citado, o oficial de justiça deverá certificar a ocorrência e proceder à citação com hora certa.

No que concerne aos prazos, julgue os itens seguintes.

- 108** Na contagem dos prazos em processo penal, não se computa o dia do seu começo, computando-se, porém, o do vencimento.
- 109** Configura-se constrangimento ilegal contra o réu solto o fato de não se proferir a sentença penal no prazo de dez dias contados do dia de conclusão do julgamento.

Com base nas disposições do Regimento Interno do TJDFT, julgue os itens a seguir.

- 110** Vencido o relator na questão principal, a lavratura do acórdão competirá ao prolator do primeiro voto vencedor.
- 111** Somente a Turma do tribunal tem autorização para rever jurisprudência compendiada em súmula.
- 112** Havendo divergência entre o acórdão subscrito pelo relator e as notas taquigráficas da sessão do TJDFT em que tiver sido tomada decisão em processo contencioso, prevalecerá o acórdão em detrimento das notas.

Consoante as disposições do Provimento Geral da Corregedoria aplicado aos juízes e ofícios judiciais do DF, julgue os itens seguintes.

- 113** É obrigatória, sob pena de nulidade processual, a publicação do inteiro teor da sentença no órgão oficial da imprensa.
- 114** À exceção do aniversário de Brasília, a comemoração de aniversário de cidade do DF não suspende o expediente forense na respectiva circunscrição judiciária.
- 115** O interessado estranho ao processo, não sendo advogado ou estagiário aluno de curso de direito, somente poderá consultar os autos que não estejam em segredo de justiça e, ainda assim, na presença do diretor de secretaria ou de servidor por ele designado.
- 116** Independentemente de requerimento prévio, é assegurada vista dos autos ao advogado constituído pela parte, ainda que o processo esteja concluso ao juiz.

A respeito da organização judiciária do DF e dos territórios, julgue os itens a seguir com base nas disposições da Lei n.º 11.697/2008 e suas alterações.

- 117** As atribuições dos oficiais de justiça incluem atuar como perito oficial na determinação de valores nos casos indicados em lei.
- 118** Os tribunais do júri compõem a justiça do DF e dos territórios.
- 119** Considere que determinado partido político com representação na Câmara Legislativa tenha ajuizado ação direta de inconstitucionalidade perante o TJDFT discutindo norma da Lei Orgânica do DF. Nessa situação, no processo e julgamento da ação, o procurador-geral de justiça deverá, obrigatoriamente, ser ouvido.
- 120** Caso esteja vago, o cargo em comissão de diretor da Secretaria de Ofícios Judiciais poderá ser ocupado por bacharel em direito, em administração ou em ciências contábeis, independentemente de o bacharel ser do quadro de pessoal do TJDFT.

PROVA DISCURSIVA

- Nessa prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado.
- Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois não será avaliado texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.
- Ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **10,00 pontos**, dos quais até **0,50 ponto** será atribuído ao quesito apresentação e estrutura textual (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos).

As recentes transformações que vêm se operando nas economias mundiais, com o crescimento do desemprego, a aparição de novas formas e(ou) a intensificação da pobreza, associados à chamada crise do estado de bem-estar social (*welfare state*), têm trazido à tona o debate acerca dos limites dos tradicionais programas sociais para responderem às crescentes demandas sociais, impondo, assim, novos dilemas para a intervenção pública. No Brasil, o tema da pobreza e destituição social vem assumindo lugar de destaque na agenda pública nas últimas décadas, não só devido ao número alarmante de pobres, mas também à centralidade adquirida pela discussão em torno da capacidade estatal em promover maiores níveis de equidade e justiça social.

Mônica de Castro Maia Senna *et al.* Programa Bolsa Família: nova institucionalidade no campo da política social brasileira. In: Revista Katálysis, v. 10, n.º 1, Florianópolis, jan./jun., 2007 (com adaptações).

Em algumas federações, o processo de construção do Estado-nação foi acompanhado de um compromisso com regras homogêneas nacionais. Tal como na Alemanha e na Áustria, o processo de construção do Estado-nação no Brasil concentrou autoridade decisória, assim como poder regulatório e de gasto, no governo central. A centralização de autoridade da União, ocorrida, na verdade, já no final da República Velha, derivou da percepção de parte das elites dos riscos para o conjunto da nação e da incapacidade das províncias periféricas de desempenharem funções governativas, seja na área social, seja na área econômica.

Na Constituição Federal de 1988, a despeito da decisão em favor da descentralização da execução das políticas, os constituintes preservaram ampla autoridade para as iniciativas legislativas da União. O caso brasileiro não constitui nenhuma peculiaridade. Na verdade, os estudos comparados revelam que a centralização é uma tendência entre as federações.

Marta Arretche. Democracia, federalismo e centralização no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV; Editora Fiocruz, 2012, p. 16-7 e 180 (com adaptações).

O art. 6.º da Constituição Federal de 1988 estabelece:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Considerando que os textos acima têm caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do papel do Estado em face da crise econômica mundial. Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ conceito de estado de bem-estar social (*welfare state*); **[3,50 pontos]**
- ▶ políticas públicas implementadas pelo governo brasileiro para a redução das desigualdades sociais e econômicas; **[3,50 pontos]**
- ▶ efeitos das políticas sociais empreendidas pelo governo brasileiro. **[2,50 pontos]**

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



cespeUnB

Centro de Seleção e de Promoção de Eventos